

A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS CONSTRUÇÕES MEDIAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Nádia Maria Silveira Costa de Melo (UFRN/UERN)

solinadia@bol.com.br

Antonia Clayse-Anne Medeiros Vieira (PIBIC/UERN)

claysemedeiros@hotmail.com

Introdução

Neste trabalho, focalizamos uma construção de estrutura argumental do português do Brasil - a Construção Medial – com o fim de analisar sua constituição interna em termos sintáticos e semânticos, observando as condições pragmáticas que motivam seu uso no discurso. A construção medial é *inteiramente aberta* (como a construção sujeito-predicado) o que sinaliza a existência de graus de esquematicidade e de (im)previsibilidade quanto ao seu preenchimento lexical; a estrutura argumental é única para cada tipo de construção. O material de análise provém de cinco tipos de textos diferentes (sendo dois de cada, um na modalidade falada e outro, na escrita). As amostras analisadas foram coletados dos “*corpora*” Discurso & Gramática, em suas cinco versões: Natal, Rio Grande, Rio de Janeiro, Niterói e Juiz de Fora, na tentativa de captar a diversidade dos modos de codificação morfossintática dessa construção. O “corpus” deste trabalho constitui-se de 23 ocorrências de uso real de língua oriundas de informantes de ambos os gêneros, de todos os níveis escolares e dos seguintes tipos textuais: Narrativa Recontada, Relato de Experiência Pessoal, Relato de procedimento, Relato de Opinião e Descrição de Local. O suporte teórico adotado para atender aos objetivos propostos na análise das amostras é a Linguística centrada no uso (*usage-based linguistic*) ou Linguística cognitivo-funcional conforme os postulados de Tomasello (1998; 2003), Bybee (2006), Martelotta (2008), Furtado da Cunha (2011). Dessa abordagem foram empregados os conceitos de construção, planos discursivos e informatividade.

1 A Linguística Cognitivo-funcional

Linguística Cognitivo-Funcional ou Linguística Centrada no Uso (*Usage-Based Linguistics*) expressa uma tendência funcional de estudo das línguas (cf. FURTADO DA CUNHA, 2011). Essa abordagem nasceu da junção da Linguística Funcional com a Linguística Cognitiva defendida por vários linguistas (TOMASELLO, 1998, 2003; BYBEE, 2006; et al). Há, entre essas duas correntes, vários pressupostos teórico-metodológicos que são compartilhados, dentre os quais destacamos: a) a rejeição à autonomia da sintaxe; b) a incorporação da semântica e da pragmática às análises; c) a concepção de língua como um complexo mosaico de atividades cognitivas e sociocomunicativas; d) a não distinção entre léxico e sintaxe; e) a postulação de que a unidade linguística básica é a construção; e, f) o posicionamento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural. Nessa perspectiva, consideramos que as línguas são motivadas e moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e funcionais que exercem um papel na aquisição, no uso e na mudança linguística (TOMASELLO, 1998).

A gramática é concebida, nesta abordagem, como uma representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a linguagem; podendo ser, por isso, afetada pelo uso

da língua. Assim, vemos como processos semelhantes a categorização conceptual e a categorização linguística realizada pelos usuários da língua, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA et al., 2003). Porém, a categorização sinaliza o processo cognitivo mais básico que através dela são estabelecidas as unidades da língua, seu significado e sua forma (BYBEE, 2010).

Dessa abordagem teórica foram empregados os conceitos de construção, planos discursivos e informatividade.

A perspectiva construcionista está atrelada ao estudo desenvolvido por Fillmore, Kay e O'Connor (1988) sobre as expressões idiomáticas. Esses pesquisadores observaram que determinadas expressões idiomáticas não se enquadravam nas regras de preenchimento lexical fixo, apesar de apresentarem regularidades, elas possuíam regras de estruturação próprias, não obedecendo às regras e princípios gerais da composicionalidade que advoga ser o significado do todo resultado da soma dos significados das partes. Isso gerou o entendimento de que a língua é composta por construções. Essa foi uma das questões que contribuíram para vir à luz o modelo teórico denominado de Gramática de Construção (GC) que consiste em descrever as unidades gramaticais como construções.

A expressão GC, na verdade, designa uma gama de teorias, porém em nossa análise, lançamos mão, especificamente, da GC postulada por Goldberg (1995; 2006). Os pressupostos teóricos construcionistas, apontados pela linguista, podem ser resumidos assim: a) na aceção de construção como um pareamento aprendido de forma com função semântica ou discursiva. b) na ênfase de que as línguas são aprendidas e construídas, na base do *input*, aliadas às restrições pragmáticas, cognitivas e de processamentos gerais. c) na defesa de que todos os níveis de análises gramaticais envolvem construções. d) na adoção de uma abordagem não derivacional para a sintaxe.

Na ótica da Linguística Cognitivo-Funcional a construção de estrutura argumental refere-se a um pareamento forma-significado que independe de verbos específicos: a própria construção tem significado, independentemente das palavras (Verbo e Sintagmas Nominais) que a constituem, funcionando como um modelo que reúne o que é comum a um conjunto de verbos (FURTADO DA CUNHA, no prelo). Neste trabalho, partimos do princípio de que as construções de estrutura argumental correspondem aos tipos oracionais mais básicos e, em seu sentido central, codificam cenas (situações) que são fundamentais à experiência humana: movimento (alguma coisa se move), transferência (alguém transfere alguma coisa para uma outra pessoa), mudança de estado (alguma coisa provoca um movimento ou mudança de estado), causação, posse, estado etc. Com base nos seus protótipos, essas estruturas oracionais são ampliadas e adaptadas para a codificação de outros tipos de situação. Diante dessas ampliações, um determinado tipo oracional é convencionalmente aplicado a uma extensa variedade de situações.

Segundo Goldberg, as “Construções de estrutura argumental são subclasses especiais de construções que fornecem o sentido básico da expressão da cláusula em uma dada língua”(1995, p. 03). Em outras palavras,

A oração, construída em torno de um elemento predicativo, tem sido tomada como a unidade básica de organização da descrição sintática. Frequentemente, mas nem sempre, esse elemento predicativo – nesse caso, o verbo – é acompanhado de um ou mais elementos nominais – seus argumentos. (FURTADO DA CUNHA, no prelo)

O elemento predicativo (o verbo) exerce um papel central na estrutura oracional por se tratar de um universal linguístico. Geralmente, é acompanhado por um ou mais nomes (seus argumentos), existem, no entanto, estruturas oracionais compostas por apenas um verbo, como em “vim, vi e venci!”, por exemplo. Ainda, a natureza semântica do verbo é que determina quais argumentos podem acompanhar o verbo, qual a relação sintática esses argumentos mantêm com o verbo (sujeito, objeto etc.) e quais papéis semânticos (agente, paciente etc.) esses nomes desempenham. De forma que “descrever orações é descrever também todos os tipos de verbo, pois esses constituem o centro semântico, o esquema proposicional da oração” (FURTADO DA CUNHA, no prelo). Portanto, ao se descrever a gramática de uma língua, deve-se iniciar pelo verbo.

Na ótica da Linguística Cognitivo-funcional, a comunicação humana se dá em função das experiências, envolvendo participantes e contextos diversos. Na tentativa de estabelecermos a comunicação, organizamos o nosso discurso para ser compreendido pelo nosso interlocutor e, com isso, atingirmos os nossos propósitos comunicativos. Fazemos isso quando marcamos linguisticamente o que consideramos como relevantes, dando a eles um caráter de saliência em relação aos que consideramos como informação secundária. Essa percepção que prioriza certos elementos do discurso é denominada de planos discursivos e são marcados como figura e fundo. Estão fortemente relacionados à estrutura narrativa.

O elemento posto em relevo assinala a parte central ou a base de sustentação textual que é denominada, em termos de planos discursivos, de figura. Já a porção menos saliente ou periférica corresponde ao fundo. Em uma narrativa, por exemplo, a figura compreende o alicerce do texto. É ela que faz o discurso progredir, enquanto a porção de fundo representa essa estrutura básica sem fazer parte da coerência estrutural e sem contribuir para a progressão discursiva. O fundo corresponde à descrição de estados, da localização dos participantes da narrativa e à descrição de ações e eventos simultâneos ao plano da figura. Dessa forma, observamos que em qualquer situação discursiva, sempre haverá uma parte que é embalada com mais saliência que outras. Isso porque

As generalizações semânticas acerca das propriedades da estrutura informacional da construção, ou seja, o modo como o assunto posto pelo falante sobre o estado de conhecimento e conscientização do ouvinte ao mesmo tempo que o falante é refletido na forma (GOLDBERG, 2006, p. 9-10).

O modo de organização do discurso feito pelo falante/escritor revela como ele constrói o mundo. Assim também, como o que é relevante para ele e o que é secundário. Assim, no plano discursivo, a partir das dimensões figura e fundo, podem ser identificadas mais prontamente as entidades que se apresentam em primeiro plano como figuras bem recortadas e focalizadas, em oposição a outros elementos, que passam a ser percebido como plano de fundo. É o que nos afirma Givón (2011, p. 141)

os planos discursivos figura e fundo são estratégias perceptuais/conceituais que refletem a forma como os humanos percebem e interpretam o universo. O autor ressalta que as noções de figura e fundo são um princípio geral da percepção e cognição humana no qual o sistema de comunicação e processamento de informação é fundado.

O *status* informacional (ou princípio da informatividade) dos constituintes em uma construção tem sido motivo de muitas pesquisas no âmbito dos estudos funcionalistas. Está intrinsecamente relacionado ao conhecimento partilhado ou supostamente partilhado pelos interlocutores no momento de uma interação verbal. Dessa forma, é que em uma dada situação comunicativa, o falante/escritor constrói o seu discurso baseado em conjecturas do que julga (ou pressupõe) ser do conhecimento de seu ouvinte/leitor. Com base nesse julgamento (ou pressuposição), ao organizar seu discurso, o falante/ouvinte atribui ou não certo grau de relevância e ineditismo às diversas informações que pretende socializar com seu interlocutor. Acredita-se assim que os elementos estão organizados na construção unidos por um dinamismo comunicativo, em que o grau de informatividade é compreendido por motivações pragmáticas.

Chafe (1976) defende que o funcionamento da língua só ocorre quando o falante/ escritor produz o seu discurso levando em consideração o que julga ser do conhecimento de seu ouvinte/ leitor. Assim, a informação veiculada só será compreendida pelo ouvinte/ leitor se o falante/ escritor ajustar o que diz ao que presume que seu ouvinte/ leitor está pensando no momento da interação. O autor demonstra uma preocupação com a forma como o falante adapta sua fala aos estados mentais do ouvinte. Essa adaptação linguística diz respeito à embalagem (*packaging*) com que o falante/escritor reveste o seu discurso. Esse fenômeno inclui a relação dado/ novo (*givenness*), a contrastividade, a definitude, a função de sujeito, o tópico e o ponto de vista. Todos sinalizam não apenas *status* de nome, mas da noção que se tem do referente.

Desse modo, o foco desse princípio está direcionado ao *status* informacional dos referentes nominais, que pode apresentar-se como dado (velho), novo e inferível. Um referente será DADO (ou velho), se já houver ocorrência dele no texto, pois assim, este não será mais visto como novidade. Mas se o referente aparecer pela primeira vez, será considerado NOVO, logo, será mais realçado. Será INFERÍVEL se não for citado explicitamente. O grau de informatividade é importante para estabelecer o ponto de partida para se inserir (conhecimento antigo) uma informação nova (conhecimento novo) no discurso. Esses elementos linguísticos são essenciais no processo de ordenação da sentença, pois contribuem para a compreensão da estruturação discursiva e demonstram que a forma como um referente é posto no discurso é determinada por fatores de ordem.

Do ponto de vista tradicional, a informatividade remete aos conceitos de tema e rema da Escola de Praga (PEZATTI, 2004). Por tema, compreendemos a porção da cláusula que veicula uma informação velha (antiga). E rema, a que apresenta um conteúdo informacional novo. Esses conceitos têm como berço os postulados de Chafe (1976) que foram aprofundados por Prince (1981). Para Chafe, dado ou informação velha é o conhecimento que o falante/ escritor assume estar na mente do ouvinte/leitor no ato interacional. Por novo ou informação nova, é visto como uma informação que o falante/escritor crê está inserindo na mente do ouvinte/ leitor com o seu discurso. Desse modo, o que já é conhecido é socializado de um modo mais fraco e atenuado (entonação mais baixa e acentuação mais fraca) que aquilo que não se conhece ainda. O

que se apresenta como novo, quase sempre, possui uma entonação alta e acento forte e raramente é passível de pronominalização. Os participantes da interação (falante/escritor ou ouvinte/leitor) são postos como elementos dados, considerando que estão na situação discursiva, além de outros constituintes internos à situação.

Do ponto de vista cognitivo, segundo Furtado da Cunha, Costa e Cesario (2003, p. 43), “uma pessoa comunica-se para informar o interlocutor sobre alguma coisa, que pode ser algo do mundo externo, do seu próprio mundo interior, ou algum tipo de manipulação que pretende exercer sobre esse interlocutor”. Essa comunicação só será produtiva se houver um conhecimento mínimo compartilhado entre os interlocutores, que deverá ser acrescido de uma informação inédita.

Para acessar os conhecimentos dados os interlocutores lançam mão das estruturas cognitivas (frames e esquemas) que dizem respeito à maneira como organizamos nosso conhecimento de mundo. Tal conhecimento é adquirido por meio das experiências físicas e das interações sociais. Ele possibilita uma enorme economia cognitiva dada à seleção que acarreta: o que é mais recorrente no desenvolvimento de uma ação, geralmente, é realizado de modo inconsciente. Logo ao se descrever um evento tende-se a por em evidência a informação mais inovadora e a omitir o que já é dado. De modo que ao ler/ouvir um discurso o leitor/ouvinte é capaz de realizar inferências baseadas nos seus conhecimentos prévios do mundo, buscando re(construir) os elementos omitidos e preenchendo os espaços vazios à medida que processa as informações discursivas. Como exemplo, observemos (1):

- (1) (...) Certa vez fui à Petrópolis com uma amiga[...]a volta nos reservou algumas surpresas; já na descida da Serra *o pneu dianteiro furou*, a direção começou a puxar para a esquerda (...) (D&G/ Rio, Valéria, ES, NEPO)

A construção em (1) explicita o paciente da ação-processo, mas desfocaliza o agente ou causativo. Esse pode ser recuperado por meio do conhecimento de mundo do ouvinte/leitor. São os frames e os esquemas armazenados na memória que possibilitam ao ouvinte/leitor saber que o argumento “o pneu dianteiro”, ocupa a posição de sujeito do predicado e apresenta o traço não-humano revelando sua inaptidão para efetuar a ação expressa. Já o verbo “furar”, prototipicamente, exige dois argumentos: um agente/causativo e um paciente/afetado. Porém, na amostra, aparece como monoargumental, uma característica da CM.

Em suma, os frames são importantes para: a) reconhecimento de uma dada situação a certa categoria. b) interpretação de uma situação e/ou previsão do que virá em termos da categoria reconhecida. c) captura das propriedades de conhecimentos altamente compartilhados sobre pessoas, eventos e ações.

- (2) O elástico do dinheiro arrebentou (ver anexo 1)

Em (2), a partir do conhecimento de mundo dos interlocutores vários *frames* são acionados para a compreensão da situação discursiva. É preciso que o interlocutor detenha o conhecimento de mundo de que há um tipo de elástico que é usado para organizar as cédulas. Ainda que o material do elástico é frágil e que ao se arrebentar, pode atingir e ferir alguém, entre outros conhecimentos.

2 Construção de estrutura argumental do português do Brasil: a Construção Medial

A CM prototípica envolve a forma Suj + V que evoca a noção de um sujeito não humano afetado pela ação verbal. Destarte, é preciso estabelecer um contínuo entre a construção medial prototípica das que apresentam uma configuração formal variável. É bem verdade, que seu padrão oracional é fixo, porém seu preenchimento lexical é variável. De sorte que a CM caracterizada sintaticamente por Sujeito + V, pode ser preenchida por itens lexicais variados, sendo, por isso, uma construção mais ou menos esquemática da língua. Com base nisso, e levando em conta o contínuo entre o léxico e a gramática, a construção medial é mais gramatical e menos lexical.

Em relação à forma, a construção medial se caracteriza em sua configuração sintática por apenas um argumento, podendo o clítico se e/ou um modificador aparecer opcionalmente.

(3) Suj (se) V (modificador)

Em (3) definimos o polo sintático da CM. Esse polo está relacionado a um polo semântico, formando uma construção única e distinta na língua. O polo semântico de uma construção é caracterizado por aspectos semântico-pragmáticos de sentido. Essa construção de estrutura argumental pode ser representada assim:

(4) Medial X é afetado -> Suj. V
 O eixo do carro quebrou (ver amostra no anexo 2)

Assim o polo semântico da CM especifica uma mudança de estado sofrida por um participante não humano e afetado. Na construção “ Vidro da Kombi quebrou com o impacto”, o participante “vidro do carro” mudou do estado de não quebrado para o de quebrado. Além desse significado de mudança de estado, outra característica dessa construção é a desfocalização do agente. Ela codifica uma conceptualização que muda a perspectiva causativa associada lexicalmente aos verbos que a integram para uma perspectiva processual (de mudança de estado apenas). Essa perspectiva ocorre por meio da omissão do participante relacionado ao papel de agente no sentido lexicalizado pelos verbos que compõem a construção. Uma evidência é o fato da impossibilidade de que o participante agente possa figurar de (5) a (7):

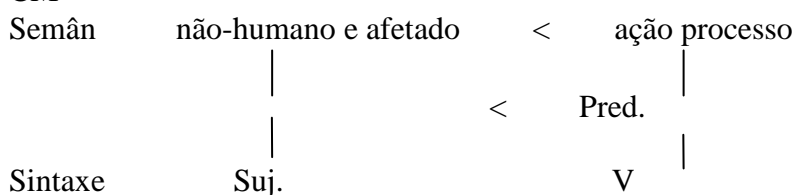
(5) o guarda-chuva fechou *por José.

(6) O navio atracou no cais *pelo comandante.

(7) Vidro da Kombi quebrou com o impacto (o impacto não atende a concepção de agente adotada aqui).

Enfim, reconhecemos o padrão oracional medial como uma construção da língua portuguesa, com forma e significados próprios, que pode ser instanciada com base na fusão do papel participante com o papel argumental, da seguinte forma:

CM



Adotamos a concepção do papel temático agente como um ente animado responsável pela ação ou desencadeamento dos processos (cf. FILLMORE, 1971). Em outras palavras, o participante conceptualizado como o desencadeador do evento é, prototipicamente, o agente. Já, o afetado é o paciente.

Na construção medial, aparecem verbos de ação-processo cuja ação expressa a existência de um sujeito animado, intencional, desencadeador de uma mudança no estado ou na localização do paciente. No entanto, não é isso que se observa na estrutura da CM. O padrão estrutural e o esquema conceptual (Sujeito/Agente Verbo Objeto Direto/Paciente) característicos dos verbos de ação-processo não se confirmam nessa construção, pois estão diretamente relacionados à expressão do evento transitivo prototípico – aquele evento em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou localização em um paciente através de contato corporal direto.

Assim, os tipos de verbos que instanciam a construção medial funcionam como verbos causativo-agentivos (de ação-processo) e verbos estritamente causativos. Os verbos causativo-agentivos não são verbos estritamente agentivos, considerando que nem sempre envolve um participante agentivo (+ humano, + volição, + controle, etc). São verbos que lexicalizam uma cena que pode ser conceptualizada com base em um agente prototípico ou em uma causa (cf CIRÍACO, 2011). Como exemplos prototípicos temos o verbo cortar que exige um agente e, por outro lado, o verbo quebrar que pode ser conceptualizado como agente ou causa.

A construção medial se posiciona entre a construção reflexiva e a intransitiva, segunda proposta de Kemmer (1993, p. 73; 2003, p.109). A autora estabelece um parâmetro denominado de “grau de distinção dos participantes” que situa a CM entre as construções descritas pela tradição gramatical, conforme figura (1).

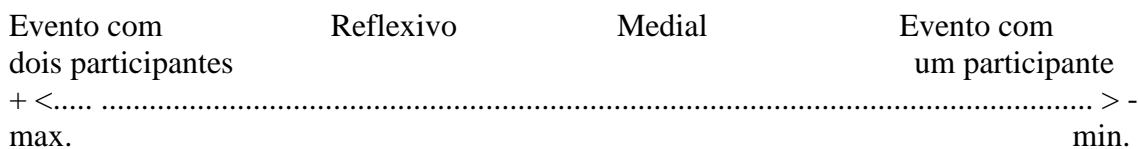


FIG. 1 Relações de categorias transitivas por grau de distinção dos participantes no evento. Fonte: Kemmer, 2003, p. 109)

Na figura, a categoria transitiva e a intransitiva estão polarizadas, já a reflexiva e a medial em posições intermediárias. Observa-se nela que o evento medial é semanticamente mais distante do transitivo e mais próximo do intransitivo prototípico, por exemplo. Isso permite a inferência de que uma construção medial é + intransitiva e – transitiva, ou ainda, + reflexiva e - transitiva.

3 Análise

A constituição do *corpus* foi realizada por meio de amostras oriundas dos *corpora* Discurso & Gramática que contêm amostras de língua falada e escrita em contextos reais de interação, provenientes de cinco cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Natal, Rio Grande, Juiz de Fora e Niterói). Os *corpora* foram organizados por Votre e Oliveira (1995, 1996) e Furtado da Cunha (1998) com amostras reais da língua falada e escrita. Há, neles, 171 informantes. Cada um deles produziu 5 diferentes tipos de textos falados e, a partir destes, cinco textos escritos, o que nos permite uma comparação mais confiável para análise, a saber: i) narrativa recontada; ii) narrativa de experiência pessoal; iii) relato de procedimento; iv) descrição de local; e v) relato de opinião. Nos

corpora investigados, foram encontradas apenas 23 ocorrências de construções mediais, distribuídas na fala (19 ocorrências) e na escrita (4 ocorrências). Por representar uma quantidade de amostras menor que 100, não apontamos aqui em termos de percentuais. As amostras podem ser vistas na figura a seguir.

Nas amostras, observamos que CM é mais produtiva na cidade de Juiz de Fora(10 ocorrências) e a menos, Rio Grande (1 ocorrência). Ainda que seu uso é predominante na fala, em detrimento à escrita. O que revela a maleabilidade da língua na modalidade falada em oposição à escrita que é mais conservadora

Os verbos que representam uma maior frequência no corpus analisado são fechar e abrir. Verbos causativos/agentivos (de ação-processo) que se concretizam com a presença de um argumento. Esse argumento é sintaticamente o sujeito, mas que semanticamente remete ao papel de afetado. Esse participante afetado é alçado a posição de sujeito de uma ação que ele não tem como realizar. Pois, prototipicamente, a estrutura sintático-semântica da CM é representado por um sujeito/afetado/não-humano; e, um verbo tradicionalmente conhecido como transitivo/ ação-processo. Como pode ser verificado a seguir:

(...)dele... ele está matando tudo da família dele modo de dizer né? e eu::(conheço ele) da família também... o cara estava vindo entrou numa valeta **o caminhão tombou...** acabou com o caminhão(D&G, Juiz de Fora, José Renato, EF, NRO)

A construção medial prototípica representa a macroconstrução que é instanciada por várias outras microconstruções numa ordem escalar entre a construção reflexiva e a intransitiva. Este é o desafio a ser cumprido em trabalhos posteriores: categorizar as CM de maneira gradual a partir da amostra mais central(prototípica) para a periférica.

Ao todo, o *corpus* de análise constituiu-se de 23 amostras. A modalidade preferida pelos informantes foi a da fala. Isso confirma que a fala (19 amostras) é a modalidade que apresenta mais probabilidade para a emergência de formas inovadoras, enquanto a escrita (4 amostras) é menos favorável ao novo. Há uma grande reserva quanto ao uso da construção medial na escrita por parte dos informantes das cidades de Natal e de Niterói, cidades em que não houve nenhuma ocorrência

Quanto ao grau de informatividade, o sujeito que é posto em saliência apresenta-se, geralmente, como um dado novo que pode ser compreendido a partir do conhecimento de mundo do interlocutor. Vejamos a amostra a seguir:

(...)eu fui a Petrópolis com uma amiga que nunca tinha subido a serra...estava dirigindo há pouco(...) quando a gente está voltando a serra...estava dirigindo há pouco tempo (...) quando a gente está voltando... começa a chover assim...torrencialmente...**e fura o pneu do carro dela...**e a gente nunca tinha trocado pneu... nenhuma das duas... e aquela serra totalmente deserta...né? aí a gente encostou o carro assim do lado...o carro já foi puxando(...) meu coração assim disparado... a gente desesperada (D&G/ Rio, Valéria, ES, NEPE)

Na amostra, a informante afirma que estava dirigindo o veículo, quando surge um fato novo: o furo do pneu. Esta amostra, põe em evidência a ação, revelando que é o ponto mais importante para o informante. De modo que ele embala sua informação por meio da ordenação linear inversa (V S) para atender o que lhe é mais saliente na cena (situação): o evento furar

Conclusão

Os resultados apontam que a estrutura argumental prototípica das construções mediais em português se constitui de um SN (afetado, não humano) + V (ação-processo). A análise das amostras revelou que apenas verbos de afetação e mudança de estado são compatíveis com o sentido da construção medial. A estrutura argumental proposta para a construção medial sinaliza que parte de seu significado é de natureza lexical, sendo a outra, de natureza construcional. Além disso, constatamos que a construção medial é *inteiramente aberta* (como a construção sujeito-predicado) sinalizando a existência de graus de esquematicidade e de (im)previsibilidade quanto ao seu preenchimento lexical e que sua estrutura argumental é única para cada tipo de construção.

Referências bibliográficas

- BYBEE, Joan. *Frequency of Use and the Organization of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BYBEE, Joan. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, UK: CUP, 2010.
- CIRÍACO, Larissa Santos. *A hipótese do contínuo entre o léxico e a gramática e as construções incoativas, medial e passiva do PB*. Belo Horizonte, 2011. (Tese de doutorado).
- CHAFE, Wallace L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view. In: LI, Charles N. (Ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, 25-55.
- FILLMORE, Charles J.; KAY, Paul; O'CONNOR, Mary Catherine. Regularity and idiomacity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language* 64. 501-38, 1988.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. *Linguística centrada no uso*. No prelo.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. A linguística cognitivo-funcional. In: *Anais do I Simpósio Internacional de Linguística Funcional*. Três Lagoas, MS: UFMS/ CPTL, 2011. Disponível em: <http://www.silf2011.com/documents/RESUMO.FURTADODACUNHA.pdf>. Acesso em 28.08.12.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TAVARES, Maria Alice. *Funcionalismo e Ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.) *Linguística funcional: teoria e prática*. São Paulo: DP & A, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Org.). *Corpus Discurso e Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- GIVÓN, T. *Syntax*. v. 1/2. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GIVÓN, Talmy. *Compreendendo a gramática*. Trad. FURTADO DA CUNHA, Maria. A.; MARTELOTTA, Mário E.; ALBANI, F. Natal: EDUFRN, 2011 [1984].
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- PEZATTI, Erotilde G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C(Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

PRINCE, Ellen F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

TOMASELLO, Michael. TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003.

TOMASELLO, Michael. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: TOMASELLO, Michael.(ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: LEA, 1998. P. vii-xxiii.

Anexos

(1) (...)No outro dia o meu colega Fábio, me contou sobre ele. Ele me falou que na sexta feira ele foi levar o dinheiro de seu pai para depositar. Na fila o **elástico do dinheiro arrebentou** e pegou na costa da garota e ela ficou procurando quem fez isso mas não achou. (D&G/Rio, Fábio, EF, NRO)

(2)(...) aí eu sei que o carro ... **o eixo do carro quebrou** ... aí meu pai não teve controle e capotou quatro vezes ... quatro vezes ... eu ... fracturei o braço ... machuquei o rosto ... porque eu levei uma pancada muito grande ... porque eu vinha dormindo ... o Emerson num teve nada ... meu irmão ... e:: minha tia ... essa do primeiro acidente ... que entrou nas ferragens ... vinha no carro ... (D&G Natal, Rosemeire, EM, NEPO)